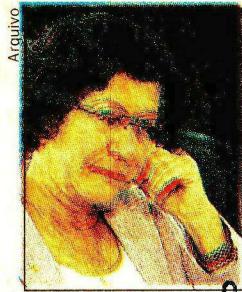


As contribuições da CPI da Saúde

DF - Saúde



Arquivo

ARLETE SAMPAIO

DEPUTADA DISTRITAL PELO PT, RELATORA DA CPI DA SAÚDE E PRESIDENTE DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE DA CÂMARA LEGISLATIVA

JORNAL DO BRASIL
saúde pública do Distrito Federal, vanguarda da saúde pública brasileira e orgulho de tantas gerações de brasilienses, entrou em colapso. Não por falta de recursos: de 2001 a 2005 o financiamento da saúde aumentou de R\$ 408 milhões para R\$ 1 bilhão, sem contar as verbas destinadas ao pagamento de pessoal.

Os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara Legislativa, que apurou ilegalidades e crimes cometidos por dirigentes e servidores públicos da Secretaria de Saúde do DF, chegaram ao fim. No final de fevereiro foi lido e aprovado o relatório final.

Recentemente, cumprindo determinação legal e regimental, esta relatora e a presidente da CPI entregaram ao Ministério Público o relatório final, com 414 páginas, 65 anexos de documentos, além do conjunto do Inquérito Parlamentar, envolvendo mais de 14 mil folhas divididas em mais de 40 volumes.

Como médica sanitária, dedicando meu trabalho profissional ao planejamento e gestão de ações de saúde pública voltadas à melhoria das condições de vida da população, senti-me, desde quando surgiram as primeiras denúncias que deram origem à CPI, obrigada a participar desse esforço investigatório.

Foi um trabalho sério, de quase um ano, que envolveu três dezenas de servidores públicos da melhor qualidade, da Câmara Legislativa, Tribunal de Contas do DF, CEF, DenaSUS, Secretaria de Saúde, Polícia Civil, Polícia Federal e Ministério Público.

Deve-se destacar que, apesar do longo processo de recolhimento de provas, depoimentos de testemunhas e investigados, apreensões de documentos e quebras de sigilos fiscais, bancários e telefônicos, esta CPI não protagonizou nenhum episódio de vazamento de

05 ABR 2006

informações privilegiadas, tão ao gosto dos que esperam das CPIs apenas um instrumento de luta política.

Decidimos desde o início nos manter nos estreitos limites de nossa missão institucional: investigar a fundo, apontar indícios de ilegalidades e recomendar as medidas judiciais cabíveis ao Ministério Público.

Foi um trabalho insuspeito, acima de interesses partidários. A prova disso foi a parceria feita com a presidente a CPI, deputada Eliana Pedrosa, do PFL. Reforçam-no ainda as investigações de outras instituições, sumariadas no Relatório Final, inclusive da própria Secretaria de Saúde, que corroboraram as alarmantes constatações da CPI.

O conjunto de situações aberrantes que encontramos na Secretaria de Saúde – terceirização da atenção primária e dos procedimentos de alta complexidade, comércio privado de medicamentos, favorecimentos a hospitais privados na prestação de serviços, uso político da máquina pública, crimes contra a ética médica e tantas outras situações fartamente documentadas e comprovadas ao longo do relatório final – enfim, esse

quadro lamentável nos levou a produzir também um conjunto de recomendações à própria Secretaria de Saúde e ao governo do Distrito Federal, com vistas a coibir a repetição de fatos dessa natureza.

Assim, felizmente, chegamos ao fim com a sensação do dever cumprido. Entretanto, foi com sofrimento que constatamos o elevado grau de degradação da finalidade da assistência à saúde da população

saúde da população.

O relatório final aponta, com farta documentação, o predomínio de interesses privados sobre o interesse público, que é responsável por boa parte das mazelas vividas nessa área pela sofrida população pobre.

Confio que o Ministério Público do DF não se furtará a seu papel de promover os indiciamentos recomendados pela CPI e iniciar as ações judiciais correspondentes.

Minha experiência como relatora da CPI da saúde ensinou-me a nunca subestimar a capacidade de alguns de se aproveitarem das dificuldades alheias em benefício próprio.

Tenho certeza de que demos nossa contribuição para a retomada da construção do SUS no DF. E continuaremos a dá-la, ao nos mantermos firmes na tarefa constitucional de fiscalizar os atos do Poder Executivo do Distrito Federal.

**Foi com
sofrimento que
constatamos o
elevado grau de
degradação da
finalidade da
assistência à
saúde da
população**